



MINISTERO
DELL'INTERNO

INFORMAZIONI SULLA POLITICA DELLA PRIVACITÀ PER GLI SCOPPI DI PROTEZIONE DELLA SALUTE

(art.º 13 - 14 del Regolamento UE 2016/679 e del Codice della Privacy e successive modifiche)

Il Centro di Salute "Azienda Sanitaria locale xxxxxx", con sede legale in via (d'ora in poi "ASL " o "Titolare"), come Titolare del trattamento nei termini dell'art.º 13 - 14 del Regolamento UE n.º 679/2016 (d'ora in poi "GDPR") e del Codice della Privacy, così come redatto dalla Legge n.º 101/2018

INFORMA

al paziente/interessato che i dati personali sono trattati con le modalità e gli scoppi seguenti:

1. Finalità e base giuridica del trattamento

Il trattamento dei dati personali avviene secondo i principi espressi dall'art.º 5 GDPR e è effettuato per scoppi istituzionali connessi o strumentali all'attività del Titolare nei limiti stabiliti dalla legge o dai regolamenti, e più in concreto per:

- attività di cure diagnostiche, assistenza o terapie di salute o sociali;
- attività amministrative e certificatorie relative a diagnosi, assistenza o terapie di salute o sociali;
- attività di programmazione, gestione, controllo e valutazione dell'assistenza di salute;
- rispettare obbligazioni previste dalla legge, regolamenti e normativa comunitaria, anche in relazione alla salute pubblica.

La base giuridica del trattamento è prevista dall'art.º 6, par. 1, lett. c) e e) GDPR, nelle eccezioni di cui all'art.º 9, par. 2, lett. g) e h) GDPR e per fine l'art.º 2-E, par. 2, lett. t) e v) del Codice della Privacy e successive modifiche.

2. Categorie di dati personali

- registro;
- di contatto;
- di salute e relativi alla salute;
- genetici, biologici e altre categorie di dati solo se trattati.

3. Modalidades de processamento

O processamento dos dados pessoais ocorre segundo os princípios expressos pelo art.º 4, parág. 1, n.º 2 GDPR como: recolha, registro, organização, conservação, consulta, elaboração, modificações, seleções, extrações, confrontos, utilizações, interligações, bloqueio, comunicação, eliminação e destruição dos dados. Os dados são processados pelo Titular com modalidades, instrumentos e procedimentos informáticos, telemáticas e em papel, estritamente necessárias para realizar os fins acima descritos.

Por fim, observa-se especificações e medidas de segurança técnica e organizativa adequada previstas no GDPR para prevenir a perda de dados, utilizações ilícitas ou incorretas e acessamentos não autorizados (violação de dados).

3. Acesso e comunicação dos dados pessoais

Os dados pessoais processados apenas para os fins acima expostos poderão ser transmitidos aos sujeitos cuja comunicação é prevista por lei ou regulamento, ou com base nas relações jurídicas em si com a ASL Roma 1. Em particular, poderão ser comunicados:

- a pessoas autorizadas no processamento de cada Unidade Operativa da ASL, os quais poderão ser transmitidos a outros sujeitos legitimados no respeito do segredo profissional;
- a outros centros de saúde e hospitais por necessidade de cuidados do paciente;
- às companhias de seguros com as quais os utentes subscreveram apólices de saúde com termos o reembolso de despesas médicas suportadas;
- a outros sujeitos públicos (por ex. município ou região) para fins institucionais (por ex. higiene saúde pública, controle de assistência e despesa de saúde) a outras entidades, universidades, IRCCS com os fins de pesquisa para disposições normativas e/ou no interesse público;
- a familiares e conhecidos apenas sob expressa e específica indicação do interessado.
- à autoridade judiciária e/ou autoridade de segurança pública, nos casos expressamente previstos pela lei.

4. Período de conservação

Os dados pessoais serão guardados o tempo necessário estabelecido pela entidade de saúde para atingir os fins indicados no ponto 1 das presentes informações de privacidade.

I Os dados recolhidos poderão ser conservados de forma ilimitada se em forma anônima e, portanto, não conduzíveis ao interessado.

5. Transferência de dados pessoais

II Titular do processamento se compromete a circunscrever os âmbitos de circulação e processamento dos dados pessoais (por ex. memorização, arquivação, conservação dos dados no próprio servidor) aos países membros da União Europeia, com expressa proibição de os transferir para países fora da UE. Caso essa transferência seja necessária para fins do ponto 1, a

ASLse compromete a garantir um nível adequado de proteção adotando os instrumentos de proteção previstos pelo Regulamento UE 2016 / 679 - CAPO V, mediante a observação das orientações da CGUE (Sentença SCHREMS I e SCHREMS II) e a adoção das Cláusulas Contratuais Padrão emanadas em 4 de junho de 2021 da Comissão da UE.

6. Direitos do interessado

Cada interessado pode exercer os direitos presentes nos art.º 15-22 do GDPR e, mais precisamente: direito de acesso, direito de retificação, direito de cancelamento, direito de limitação de processamento, direito de oposição às condições e com limitações onde previsto.

O interessado em caso de exercício de direito(s) na eventualidade de não adequado ou falta de reflexo por parte do titular do processamento tem, também, o direito de reclamar junto do Provedor para a Proteção dos Dados Pessoais (art.º. 77 do GDPR e art.º. 141 do Código da Privacidade) ou à Autoridade competente judiciária (art.º. 79 do GDPR e art.º. 140-A do Código de Privacidade).

7. Modalidade de exercício dos direitos

O sujeito interessado poderá, em qualquer momento, exercer seus direitos enviando uma carta registada com AR, ou um e-mail, utilizando os dados de contato indicados nos campos.

Titular do processamento - ASL

Na pessoas do representando legal pro tempore E-mail PEC.

RDP (Responsável da Proteção dos Dados) -

E-mail PEC.
